

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Presidente reconduz Marun e Aleluia para o Conselho de Itaipu	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Bolsonaro dá cargos a cacique do DEM e ex-ministro de Temer	3
Título: Farra elétrica	5
VEÍCULO: O Globo	5
Título: A Petrobras do Jair	5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/05/2020****Seção: Política****Autor:****Título: Presidente reconduz Marun e Aleluia para o Conselho de Itaipu**

Ex-ministro de Temer e deputado federal do DEM citado em delação da Odebrecht tiveram suas nomeações publicadas

O presidente Jair Bolsonaro reconduziu Carlos Marun, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo da gestão Temer (MDB), e o deputado José Carlos Aleluia (DEM), parlamentar citado na delação da Odebrecht, ao Conselho de Administração da Itaipu Binacional. As nomeações foram publicadas no Diário Oficial anteontem, assinadas por Bolsonaro e pelo **ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**, que também foi conduzido ao conselho, ele pela primeira vez. Os mandatos vão até maio de 2024. O Conselho de Administração da Itaipu Binacional é composto de 14 integrantes, sendo sete de cada país – seis conselheiros e um representante do Ministério de Relações Exteriores.

Também foram reconduzidos ao colegiado Pedro Miguel da Costa e Silva, Célio Faria Júnior e Wilson Pinto Ferreira Júnior, presidente da Eletrobras. Marun chegou ao conselho por indicação feita pelo ex-presidente Michel Temer no último dia de seu mandato. Ele chegou a ser afastado do cargo em março por liminar do desembargador Rogerio Favreto, mas em setembro o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região acabou suspendendo a decisão e liberando sua permanência no colegiado.

O ex-deputado pelo MDB foi quem comemorou com dança o resultado da votação do parecer pela rejeição de denúncia contra Temer no plenário da Câmara dos Deputados. Em vídeo, Marun disse que “surrou” a oposição ao adaptar letra da música Tudo Está no Seu Lugar, sucesso na voz do cantor Benito de Paula. Advogado, Marun também foi ao encontro de Temer nas duas vezes que o ex-presidente foi preso no âmbito da Operação Descontaminação, desdobramento da Lava Jato. Marun também é aliado do ex-deputado Eduardo Cunha, tendo o visitado na prisão da Lava Jato no fim de 2016.

Depois teve que devolver à Câmara R\$ 1.242,62 que gastou para fazer uma ‘visita natalina’ ao amigo. Já o outro nome reconduzido por Bolsonaro ao conselho da Itaipu, Aleluia, foi citado na delação da Odebrecht. Documento produzido pelo Ministério Público Federal em 2018 apontou que relatórios com dados extraídos do sistema do Setor de Operações Estruturadas da empreiteira revelavam evidências de suposto pagamento de R\$ 300 mil ao deputado. À

época, o parlamentar reagiu enfaticamente. “Não houve absolutamente nenhum pagamento”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/05/2020

Seção: Poder

Autor: Ricardo Della Coletta Brasília

Título: Bolsonaro dá cargos a cacique do DEM e ex-ministro de Temer

Presidente busca apoio no Congresso para evitar processo de impeachment

O presidente Jair Bolsonaro reconduziu o ex-ministro Carlos Marun (MDB), um dos mais fiéis aliados do ex-presidente Michel Temer, ao cargo de conselheiro da Itaipu Binacional. A nomeação de Marun e de outros cinco conselheiros foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União da sexta-feira (15).

Bolsonaro tem se articulado com partidos do chamado centrão, distribuindo cargos a essas legendas em troca de apoio no Congresso para evitar a abertura de um possível processo de impeachment.

Marun, que no governo Temer comandou a Secretaria-Geral da Presidência, foi indicado para Itaipu no último dia do mandato do emedebista. O mandato na Itaipu Binacional terminava neste sábado (16) e, com a renovação decidida por Bolsonaro, o ex-ministro tem assento na usina até 2024.

Como deputado federal, Marun liderou a tropa de choque do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ).

No início de 2019, Bolsonaro chegou a avaliar suspender a nomeação, mas, segundo o então ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), decidiu mantê-lo no posto por respeito a uma decisão do ex-presidente Temer.

Nos últimos meses, com a aproximação do MDB e do centrão do governo, Marun passou a trabalhar por sua recondução para Itaipu. Ele chegou a ser levado para reuniões no Palácio do Planalto pelo presidente do partido, Baleia Rossi (SP).

Além do ex-ministro, o Diário Oficial da União traz a recondução do ex-deputado José Carlos Aleluia (DEM), antigo cacique do partido, para o conselho da usina.

Também foram reconduzidos: Célio Faria Júnior, assessor especial de Bolsonaro; Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras; e Pedro Miguel da Costa e Silva, diplomata e secretário de negociações bilaterais e regionais nas Américas

do Itamaraty. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, foi nomeado para um assento no conselho.

Gigantes do chamado centrão, como PP, PL e Republicanos, estão gerenciando a distribuição de cargos do governo federal para atrair partidos menores para a base de apoio.

Eleito com a promessa de acabar com o que chama de “velha política”, moldada no toma lá, dá cá, o presidente iniciou negociações com o novo centrão.

O “toma lá” são os vários cargos de segundo e terceiro escalão da máquina federal, cobiçados por caciques partidários para manter seu grau de influência em Brasília e nos estados. O “dá cá” é uma base de apoio mínima no Congresso para, mais do que aprovar projetos de seu interesse, evitar a abertura de um possível processo de impeachment.

Para se ver fora da cadeira presidencial, Bolsonaro precisa ter ao menos 342 dos 513 deputados contra ele e um clima propício à destituição — economia em frangalhos, tensão nas ruas, por exemplo.

Líderes de partidos do chamado centrão afirmam que Bolsonaro enquadrou ministros que resistiam em ceder cargos de suas pastas ao grupo, deixando claro que quem se opuser pode ser demitido.

Segundo relato desses parlamentares, a atitude de Bolsonaro se deu em dois atos: primeiro, forçou a demissão de Sergio Moro (Justiça), que no começo da gestão chegou a ser considerado “indemissível”, justamente em um contexto de que tem a palavra final sobre cargos-chave.

Depois, reafirmou a quem ficou que ele irá distribuir postos de segundo e terceiro escalão ao centrão e que não aceitará recusas. A conduta de Bolsonaro foi confirmada por membros do governo à Folha.

Símbolo dessa aproximação do presidente com o chamado centrão, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) é apontado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) como um dos órgãos do governo federal mais suscetíveis ao risco de fraude e corrupção.

Como mostrou a Folha nesta sexta(is), a avaliação foi feita em auditoria de 2018 do tribunal, divulgada no mês seguinte à eleição de Bolsonaro à Presidência.

Comum orçamento de aproximadamente R\$ 1 bilhão para o ano de 2020, o órgão teve apontadas fragilidades “muito altas” em todos os quesitos apurados, como prevenção de fraudes e corrupção, gestão de ética e transparência.

Questionado agora pela reportagem, o Dnocs afirmou que vem trabalhando no fortalecimento de seu sistema de governança por meio de normas e da criação de instâncias relacionadas ao tema.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: Farra elétrica

As concessionárias de energia elétrica levaram uma pancada com a epidemia. O consumo caiu em cerca de 10%, a inadimplência cresceu em outros 10% e o dólar encostou nos R\$ 6, encarecendo o custo da energia de Itaipu.

Com toda razão, as empresas estão pedindo socorro ao governo. A conta acabará nas costas dos consumidores.

Até aí tudo bem, mas o doutor Paulo Guedes está condicionando as ajudas aos estados à entrega de contrapartidas. Seria razoável que as concessionárias de energia também oferecessem contrapartidas.

Por exemplo: limitações na remuneração de seus diretores e também na distribuição de dividendos aos acionistas. Essa tanga duraria o tempo da outra, que penalizará os consumidores.

A exigência de contrapartidas teria o efeito colateral de inibir a voracidade das empresas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A Petrobras do Jair

O prejuízo de R\$ 48,5 bilhões registrado pela Petrobras no 1º trimestre deste ano é o maior já registrado desde o início do Plano Real, em 1994, por empresas de capital aberto. Superou, por exemplo, o rombo de R\$ 43,9 bilhões da própria Petrobras no 4º trimestre de 2015. O levantamento é da consultoria Economatica.

MME / ASCOM .